

---

# **PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE: POSSIBILIDADES PARA A CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR**

## **AGROECOLOGICAL PRODUCTION AND SUSTAINABILITY: POSSIBILITIES FOR CONSTRUCTION OF FOOD SOVEREIGNTY**

Mônica Schiavinatto<sup>1</sup>  
Silvia Aparecida de Sousa Fernandes<sup>2</sup>  
Davis Gruber Sansolo<sup>3</sup>  
Larissa de Oliveira Caroca<sup>4</sup>

---

**RESUMO:** A contribuição da agricultura familiar camponesa para produção de alimentos e a superação da insegurança alimentar é fato reconhecido nos anos recentes no Brasil. A incorporação das questões ambientais e, com isso, a adoção da agroecologia como estratégia político-produtiva pelos movimentos camponeses da América Latina a partir dos anos 1990 também é uma realidade. Sendo que, para a maioria dos movimentos e grupos que adotam a agroecologia é a combinação de uma ciência com aplicações práticas, a partir de perspectivas e ações políticas. Nesta perspectiva, no Brasil surgiram nos últimos anos diversas experiências agroecológicas nas mais variadas localidades. A agroecologia, enquanto prática e ideologia além de fornecer a base científica para melhorar a produtividade de forma sustentável, enfatiza a capacidade das comunidades locais para inovar, avaliar e adaptar-se ao território. A produção de alimentos saudáveis, utilizando a agroecologia como instrumento técnico, político, econômico, social e cultural tem sido descrita como um potencial para a construção da soberania alimentar, com a perspectiva de se contrapor ao sistema global agroalimentar hegemônico e é um conceito em consonância com movimentos socioterritoriais. Neste contexto, diversos movimentos sociais, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST) e o Fórum de Comunidades Tradicionais-Angra-Paraty-Ubatuba (FCT) vem desenvolvendo experiências de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e de sistemas agroecológicos em suas comunidades. Articulado com novas formas de acesso aos mercados como as cadeias curtas de comercialização (feiras, compras institucionais, comunidade de apoio à agricultura-CSA, dentre outras) essas experiências trazem como bandeira a produção de alimentos

---

1 Universidade Estadual Paulista UNESP, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), São Paulo/SP. E-mail: monica.schi@gmail.com.

2 Universidade Estadual Paulista UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília - SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – IPPRI/UNESP. E-mail: sas.fernandes@unesp.br.

3 Universidade Estadual Paulista UNESP, São Vicente/SP, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – IPPRI/UNESP. E-mail: davis.sansolo@unesp.br.

4 Universidade Estadual Paulista UNESP, São Vicente - SP. E-mail: larissa\_707@hotmail.com.

Artigo recebido em abril de 2019 e aceito para publicação em maio de 2019.

saudáveis que chegam para o consumo com frescor e qualidade, produzidos de forma justa e sustentável. Assim, ao analisar estas duas experiências à luz do conceito de soberania alimentar articulado com o debate sobre agroecologia, procuramos estabelecer o vínculo entre estes dois conceitos tanto em sua forma conceitual como em sua prática cotidiana.

**Palavras-chave:** Agroecologia. Soberania alimentar. Sustentabilidade. Movimentos socioterritoriais. Cadeias curtas de produção.

**ABSTRACT:** The contribution of peasant family agriculture to food production and overcoming food insecurity has been recognized in recent years in Brazil. The incorporation of environmental issues and, therefore, the adoption of agroecology as a politico-productive strategy by peasant movements in Latin America since the 1990s is also a reality. For most of the movements and groups that adopt agroecology, it is the combination of a science with practical applications, from political perspectives and actions. In this perspective, in Brazil several agroecological experiences have appeared in the last several years in the most varied localities. Agroecology, while practicing and ideology as well as providing the scientific basis for improving productivity in a sustainable way, emphasizes the ability of local communities to innovate, evaluate and adapt to the territory. The production of healthy food using agroecology as a technical, political, economic, social and cultural instrument has been described as a potential for the construction of food sovereignty, with the perspective of opposing the hegemonic global agrifood system and is a concept in consonance with socio-territorial movements. In this context, several social movements, among them the Landless Workers and Workers Movement (MST) and the Traditional Communities Forum-Angra-Paraty-Ubatuba (FCT) have been developing experiences of agroforestry systems (SAFs) and agroecological systems in their communities. Articulated with new forms of access to markets such as short-term marketing chains (fairs, institutional purchases, CSA-support community, among others), these experiences bring as a flag the production of healthy foods that arrive for consumption with freshness and quality, produced in a fair and sustainable way. Thus, in analyzing these two experiences in the light of the concept of food sovereignty articulated with the debate on agroecology, we try to establish the link between these two concepts both in their conceptual form and in their daily practice.

**Keywords:** Agroecology. Food sovereignty. Sustainability. Socio-territorial movements. Short chains

## INTRODUÇÃO

Este artigo traz algumas reflexões coletivas a partir do Projeto de pesquisa: “Da terra à mesa: mapeando práticas e saberes alimentares e avaliando políticas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de comunidades tradicionais no Brasil, Bolívia e Uruguai”<sup>5</sup>, cujo objetivo é identificar e registrar práticas e saberes de comunidades tradicionais no Brasil, Bolívia e Uruguai que promovam a soberania e segurança alimentar, entendidas como tecnologias socioterritoriais.

O projeto, ainda em realização, pesquisa e desenvolve ações de formação e extensão em dois locais de pesquisa: as Comunidades tradicionais do litoral norte de São Paulo e sul fluminense articuladas no âmbito do Fórum de Comunidades Tradicionais – Ubatuba-Paraty-Angra dos Reis (FCT) e o Assentamento de Reforma Agrária Mário Lago em Ribeirão Preto, SP, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

As áreas costeiras da região sudeste se urbanizaram a partir da abertura de estradas que favoreceu a indústria da construção civil, associada à atividade de turismo de

segundas residências. Junto com isso, seguiu-se uma política de proteção da natureza, com a criação de inúmeras áreas protegidas que se sobrepuseram aos territórios de comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas. Ambos os conteúdos, turismo e proteção da natureza, verticalizados sobre o litoral, expropriaram diversas comunidades de pequenos agricultores, pescadores, e indígenas de suas terras e modo de vida (FERREIRA; CARNEIRO, 2005).

As comunidades envolvidas no Fórum de Comunidades Tradicionais, iniciaram seus projetos de Sistemas Agroflorestais (SAF) com a perspectiva de articular suas formas de vida a conservação do meio ambiente, visto que boa parte delas estão dentro de áreas protegidas. Aqui é possível confirmar uma intencionalidade de luta contra hegemônica marcada pelo contexto histórico e geográfico. Uma luta pela permanência na terra, e pelo desenvolvimento territorial tendo como inspiração suas tradições em diálogo com novas formas de conhecimento (DELGADO; RIST, 2016).

O Assentamento Mário Lago, no município de Ribeirão Preto-SP, surgiu de uma ação de ocupação do MST. Sua origem está na luta pela terra em uma região em que o agronegócio da produção de cana-de-açúcar é hegemônica. O assentamento foi implantado por meio da realização de um Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) tendo em vista que o assentamento está sobre uma área de recarga do Aquífero Guarani, o que está vinculado a uma gestão socioambiental. O PDS prevê 25% de áreas de reserva no assentamento e segue o modelo de Comuna da Terra, com lotes menores que os realizados em Projetos de Assentamento (PA), pois se trata de área periurbana. Uma das ações para recuperação ambiental e preservação das áreas de reserva foi a implantação de SAFs como estratégia de permanência e consolidação do assentamento.

No âmbito desta pesquisa, foram realizadas entrevistas com lideranças das comunidades estudadas, grupos focais, rodas de conversa, coleta de imagens e participação em eventos e visitas a locais de comercialização dos produtos. A intenção foi mapear as tecnologias socioterritoriais e construir as redes sociotécnicas, buscando entender os seus significados. Assim, este artigo reflete apenas algumas questões abordadas na pesquisa. O significado dos sistemas agroflorestais agroecológicos, que aqui é entendido como uma tecnologia socioterritorial, e sua relação com a soberania e segurança alimentar.

Um aspecto fundamental é entender que há diferenças importantes entre os dois casos. São elas de cunho ambientais/ecológicas e socioculturais. Entender estas diferenças é crucial para a compreensão dos significados dos SAFs e das estratégias assumidas.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta os conceitos teóricos utilizados para entender a soberania alimentar, os sistemas agroflorestais e as tecnologias socioterritoriais. A segunda e terceira seções caracterizam e analisam os dois casos: FCT e Assentamento Mário Lago. Na quarta seção são feitas as considerações finais sobre o significado destas tecnologias socioterritoriais e aponta aspectos para análises futuras.

## **SOBERANIA ALIMENTAR, SISTEMAS AGROFLORESTAIS E TECNOLOGIAS SOCIOTERRITORIAIS**

Este estudo parte de três conceitos que se complementam e se relacionam: soberania alimentar, sistemas agroflorestais e tecnologias socioterritoriais.

Soberania alimentar aqui é trabalhada a partir da ideia base cunhada pela Via Campesina no Fórum Paralelo de Alimentação, em 1996 e aprofundado na Conferência Mundial de Soberania Alimentar de Nyelèny em 2007. Este conceito está associado às

múltiplas dimensões e aponta, em especial, para questões relativas às disputas territoriais, à sustentabilidade ambiental, ao acesso a alimentos saudáveis, aos aspectos culturais, às políticas públicas e ao direito dos povos de decidirem sobre seus sistemas de produção (VIA CAMPESINA, 2007; FERNANDES, 2017).

Defender a soberania alimentar significa defender a qualidade dos alimentos para o bem da saúde pública e utilizar tecnologias apropriadas de produção, que não destruam o meio ambiente. Ou seja, significa recuperar as relações fraturadas entre sociedade-natureza e urbano-rural.

É neste sentido que se procurou estabelecer a relação entre soberania alimentar e sistemas agroecológicos/agroflorestais. A produção de alimentos sustentáveis no tempo e no espaço, o acesso destes alimentos pelas populações do campo e da cidade e as disputas por projetos de desenvolvimento territorial, têm feito com que os movimentos sociais desenvolvam estratégias de produção agroecológicas e de acesso a mercados diferenciados.

Segundo o International Centre of Research in Agroforestry (ICRAF), sistemas agroflorestais são “*combinações de elementos arbóreos com herbáceas e/ou animais, organizados no tempo e no espaço*” (STEENBOCK, *et al.*, 2013).

Uma definição de agrofloresta é apresentada por Farrell (1984) e Gliessman (2001):

[...] as agroflorestas contemplam os princípios básicos e preenchem os requisitos da sustentabilidade, em função: a) da inclusão de árvores no sistema de produção; b) do uso de recursos endógenos; c) do uso de práticas de manejo que otimizam a produção combinada; e d) da geração de numerosos serviços ambientais, além de possibilitar renda ao longo do ano, por meio da comercialização dos diferentes produtos obtidos escalonadamente neste agroecossistema (FARRELL, 1984, GLIESSMAN, 2001, *apud* STEENBOCK, *et al.*, 2013, p. 16).

Na maioria das vezes são implantadas e manejadas com a tendência de imitar a dinâmica de sucessão ecológica de restauração natural de uma floresta nativa, porém com composição e manejo que atendam à segurança alimentar e ao aumento da renda familiar (MICHON; DE FORESTA, 1998 *apud* MAY; TROVATTO, 2008).

No entanto, o que a pesquisa apontou é que para comunidades tradicionais e camponesas/agricultura familiar, os SAFs são entendidos a partir de uma maior complexidade, incorporando questões socioeconômicas, ambientais, culturais/tradicionais, inovações e estratégias de luta pela terra e pelo território.

Neste sentido, para estas comunidades os SAFs são modos de produção para garantir consumo próprio de alimentos saudáveis, afirmação de uma identidade, seja ela tradicional (quilombos, caiçaras e indígenas) seja uma forma de recampanização (assentados de Reforma Agrária); aumento da renda por meio de novos mercados fora do circuito hegemônico que assegurem a permanência na terra e no território.

Na análise dos dois locais de pesquisa, percebem-se semelhanças e diferenças de estratégia na implementação dos SAFs. A primeira semelhança diz respeito ao foco de resistência e luta que estes têm para todas as comunidades estudadas. A segunda refere-se à articulação que tem sido feita pelos movimentos socioterritoriais que organizam estas iniciativas – FCT e MST, ambos têm trabalhado os SAFs como bandeira de luta da construção de soberania alimentar e na disputa territorial.

Em relação às diferenças. Primeiro, as regiões ecológicas/ambientais estudadas são bastante diversas; mata atlântica ainda conservada e cerrado devastado por anos de cultivo cana de açúcar. Segundo, e não menos importante, refere-se às características socioculturais.

As comunidades do litoral são tradicionais, têm uma história de anos de vida convivendo e produzindo na mata. A produção de alimentos não é uma novidade. É algo que está sendo recuperado das tradições dos antepassados. As famílias que vivem no assentamento em Ribeirão Preto são, na sua grande maioria, trabalhadores urbanos ou cortadores de cana, que tinham pouco contato com a produção de alimentos e não conheciam o modelo de produção em Sistemas Agroflorestais ou Agroecologia. E, terceiro, as áreas são bastantes diferentes, em relação à formação geológica e geomorfológica, fertilidade dos solos, degradação/preservação e tamanhos das áreas cultivadas, o que necessita estratégias diferentes na implantação dos SAFs. Estas semelhanças e diferenças foram levadas em conta nas análises.

Por fim, o conceito de tecnologias socioterritoriais que é uma ideia nova a respeito de uso de tecnologias em todas as suas dimensões e que vem sendo trabalhada neste projeto. Este conceito está referenciado na noção de tecnologia social (TS) trabalhada por Dagnino, Brandão e Novaes (2004) que a entende como um processo de inovação social (DAGNINO; GOMES, 2000), desenvolvido de forma coletiva e participativa pelos interessados na construção de um cenário desejável (grupos, comunidades). A TS parte de um conhecimento criado para atender aos problemas que enfrentam uma organização, um grupo, uma comunidade (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

No entanto, quando pensamos em tecnologia socioterritorial, incorporamos a perspectiva de disputa territorial. Assim, tecnologia socioterritorial se refere a tecnologias construídas a partir de três aspectos: 1) articulação de práticas tradicionais e inovações externas; 2) ressignificação de práticas tradicionais e; 3) inovações externas que tenham significado para quem as usa. Seja qual destas formas, as tecnologias articulam dimensões socioeconômicas, culturais, políticas e ambientais e, são referenciadas nos territórios em que estão as comunidades/pessoas que as produzem e as utilizam. O território é a base e, ao mesmo tempo, incorpora todas as dimensões das tecnologias socioterritoriais.

Neste sentido, estas iniciativas de SAFs que estão sendo estudadas podem ser consideradas pilares da soberania alimentar. Uma nova perspectiva de produção de alimentos saudáveis, o uso de tecnologias socioterritoriais e novas relações de mercado, marcadas pela busca da autonomia e do poder de decisão, por uma relação mais próxima com os consumidores, por uma nova relação sociedade-natureza, por uma reafirmação da cultura e da tradição e pela luta por um projeto de desenvolvimento territorial.

Nos itens a seguir, serão trabalhadas duas experiências de incorporação de sistemas agroflorestais em suas práticas produtivas. A primeira é uma iniciativa que está ganhando força junto às comunidades tradicionais articuladas no Fórum de Comunidades Tradicionais - Ubatuba-Paraty-Angra dos Reis (litoral norte de São Paulo e sul fluminense) e a segunda refere-se à implantação de SAFs em um assentamento de reforma agrária em Ribeirão Preto, São Paulo.

Uma questão importante que emergiu durante a pesquisa é entender qual o significado dos sistemas agroflorestais para as comunidades. Assim, partimos de entender estes significados a partir das relações estabelecidas entre SSAN – SAF/agroecologia/TS.

## **OS SAFS CONSTRUINDO SOBERANIA ALIMENTAR PARA AS COMUNIDADES DA REGIÃO DA COSTA VERDE (UBATUBA E PARATY)**

As comunidades que fazem parte desta pesquisa são o Quilombo da Fazenda, Quilombo do Camburi, Sertão do Ubatumirim, em Ubatuba, Quilombo do Campinho e Trindade, em Parati. Todas articuladas no Fórum das Comunidades Tradicionais (FCT) da Região da Costa Verde (Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis). O Fórum nasceu em 2006 pela necessidade de reafirmar a cultura e os modos de vida das comunidades tradicionais e como

estratégia para a “*permanência das comunidades tradicionais em seus territórios*” (www.preservareresistir.org). Dentre os conflitos estabelecidos na região estão os relacionados às questões ambientais (áreas de preservação X comunidades tradicionais) e aos modelos de desenvolvimento (turismo e indústrias do petróleo X comunidades tradicionais).

Para entender o significado dos SAFs para estas comunidades partimos da seguinte questão: por que trabalhar com sistemas agroflorestais? E como eles se organizam (forma de manejo). Neste artigo analisamos uma experiência de implantação e desenvolvimento de SAF numa área do Quilombo do Campinho (sem deixar de incluir observações de outras áreas).

O SAF implementado nesta área tem mais ou menos 12 anos de existência, estando bem consolidado. A lógica utilizada parte do princípio da sucessão natural e estratificação. Estas duas lógicas ocorrem ao mesmo tempo, na qual os organismos florestais se estruturam em andares, em cada fase e em cada degrau da sucessão natural, para captar melhor a energia do sol (CORREA NETO *et al.*, 2016). Na primeira fase, abre-se uma pequena clareira e planta-se lavoura branca (mandioca, feijão e milho) e leguminosas para adubação verde e cobertura do solo (mucuna, crotalária). Na segunda fase entram as frutíferas e o palmito pupunha (espécies importantes para o mercado) e por fim, as madeiras de lei. E, assim, segue o ciclo, sempre fazendo podas para permitir a entrada do sol e introduzindo outras espécies (espécies nativas tais como, a juçara e o cambuci). As espécies escolhidas são baseadas em três aspectos articulados: culturais (conhecimento tradicional); ecológicos (adaptadas à região) e econômicos (potencial de mercado).

Os produtos são consumidos pelas próprias famílias, vendidos em comércios locais e para o Restaurante do Quilombo, gerido pela própria comunidade, no âmbito do Turismo de Base Comunitária (TBC).

Uma primeira constatação é que os SAFs são estratégias de luta pelo território. A ideia surgiu da articulação entre o conhecimento técnico e o tradicional, como possibilidade de permanecer no território, manter os modos de vida tradicionais produzindo alimento para a própria comunidade e gerando renda.

Outra questão relevante trata-se da relação entre SAF e TBC. Estas duas propostas estão intimamente ligadas e fazem parte da mesma estratégia. Alguns produtos dos SAFs são comercializados para o Restaurante do Quilombo (juçara, pupunha, mandioca, dentre outros) e a própria experiência de SAFs faz parte do Roteiro Turístico do Quilombo. Ainda, a pesquisa tem mostrado que todas as estratégias estão sendo articuladas em rede, numa perspectiva de fortalecimento das comunidades e de afirmação da cultura tradicional.

Uma terceira constatação é que os SAFs são utilizados também como processo de formação e integração da juventude nas lutas e para a socialização e difusão da cultura e das tradições. A incorporação de SAFs como lógica produtiva recuperou os “mutirões” e deu um novo significado para eles. Os mutirões são realizados em um SAF e contam com jovens da comunidade e pessoas de fora da comunidade.

Por fim, a utilização dos SAFs como estratégia produtiva também se relaciona com o ambiente em que as comunidades estão inseridas, a Mata Atlântica, sendo que algumas destas estão dentro de Unidades de Conservação (Parque Estadual da Serra do Mar e Parque Nacional da Serra da Bocaina). As agroflorestas são práticas sustentáveis de produção de alimentos que tem fortalecido a autonomia e o poder das comunidades que estão dentro ou no entorno dos parques.

O que é possível entender até o momento em que a pesquisa se encontra é que sistemas agroflorestais podem ser entendidos como uma tecnologia socioterritorial, articulando múltiplas dimensões de luta e permanência dessas comunidades no território.

## SAFS E “COMUNITY SUPPORT AGRICULTURE”- CSA NO ASSENTAMENTO MARIO LAGO - RESISTÊNCIAS E DISPUTAS TERRITORIAIS

Um dos locais investigados no projeto é o Assentamento Mário Lago, no município de Ribeirão Preto/SP. Esse assentamento foi reconhecido pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), em 2007, e implementado segundo o modelo de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). O assentamento é formado por 264 lotes de 1,7 hectares, em média. No assentamento são encontrados diferentes modelos de produção, com destaque para a produção nos Sistemas Agroflorestais (SAFs), visando ao cumprimento do acordo com o INCRA no que se refere às exigências de um PDS. Essa modalidade de assentamento requer que as famílias assentadas tenham um compromisso com a produção sustentável, agroecológica e a preservação ambiental. No acordo entre os movimentos sociais e o INCRA, definiu-se que as áreas de reserva totalizariam 30% da área total do assentamento, 10% a mais do que a legislação ambiental exige para áreas de Cerrado, vegetação nativa do local.

O Assentamento Mário Lago é resultado de um longo processo de luta pela terra que se iniciou em 2003 com a ocupação de áreas ao entorno da Fazenda da Barra, área reivindicada pelos movimentos sociais para a reforma agrária. Importante mencionar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) participa deste processo, mas não é o único movimento socioterritorial a reivindicar a desapropriação da fazenda. Outros movimentos como MLST e grupos independentes como o “Índio Gaudino”, integram o grupo de famílias que ocuparam áreas ao entorno da fazenda. Desse processo de luta resultou a implantação do Assentamento Mário Lago, com a presença de diferentes movimentos socioterritoriais, num total de 440 famílias assentadas em uma área de 1750 hectares. Nesta pesquisa investigamos a implantação dos SAF's e a constituição de redes socioterritoriais entre as famílias que integram a Cooperativa Comuna da Terra, vinculadas ao MST. Em 2017, quando realizada a primeira roda de conversa com os assentados, cerca de 30 famílias integravam esta cooperativa.

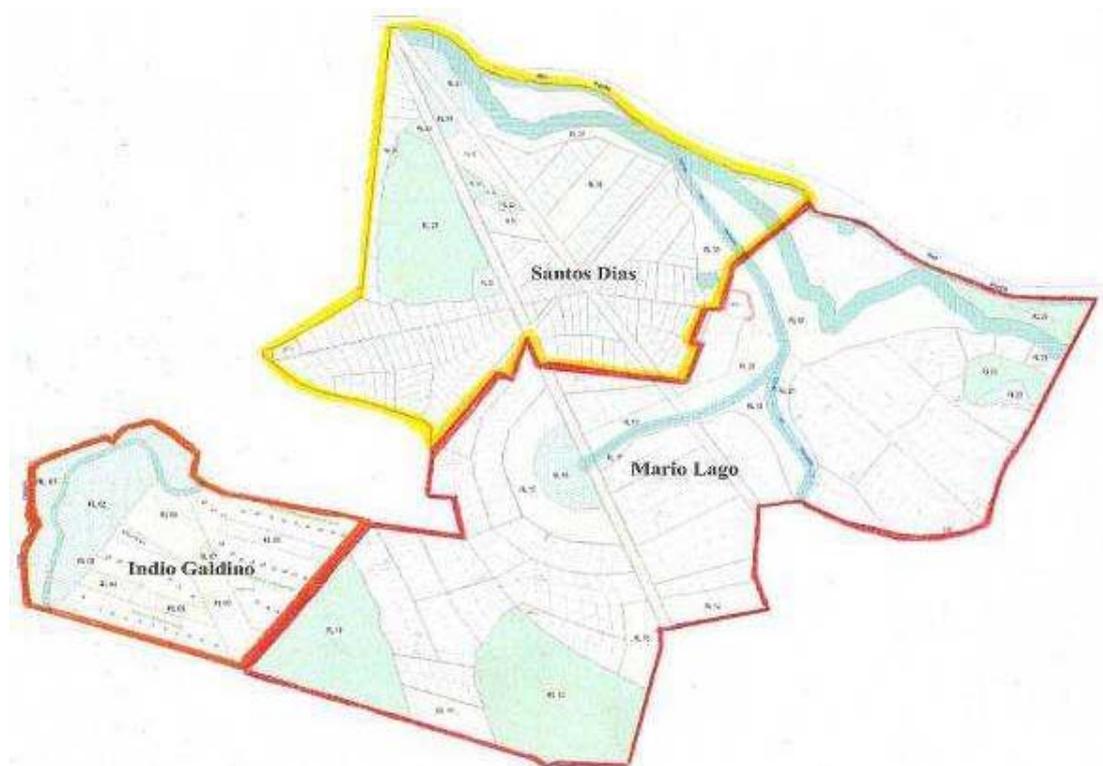
A Fazenda da Barra foi classificada como “grande propriedade improdutiva” pelo INCRA em vistoria realizada entre 1999 e 2000, o que resultou em solicitação de desapropriação da área em processo iniciado 2002. A propriedade pertencia à Fundação Sinhá Junqueira e estava arrendada para a Usina da Pedra, que ocupava a área com a monocultura da cana de açúcar e soja. Devido à sua localização (proximidade da área urbana de Ribeirão Preto e proximidade com margem do Rio Pardo) e estrutura geológica (está assentada sobre o Arenito Botucatu, ou seja, área de afloramento e recarga do Aquífero Guarani) a propriedade vinha sendo vistoriada e acompanhada pelo Ministério Público desde o início da década de 1990. Em 1993 foi aberto o primeiro inquérito e em 2000 a propriedade era objeto de quatro inquéritos civis por passivos ambientais, devido ao impedimento da regeneração natural da reserva legal. (AGUIAR, 2011, p. 21-22)

Essa especificidade fez com que o processo de negociação para desapropriação da área envolvesse os movimentos socioterritoriais, Ministério Público, representantes legais do proprietário e o INCRA, entre os anos de 2003 e 2007, quando foi decretada a desapropriação da fazenda para fins da Reforma Agrária, por passivos ambientais. A legislação brasileira permite, desde a Constituição de 1988, a desapropriação de áreas por passivo ambiental, além do latifúndio improdutivo e terras devolutas, já reconhecidas como áreas sujeitas a desapropriação para Reforma Agrária.

Desde a ocupação da área próxima à Fazenda em 2003 até a instituição do assentamento em 2007, o Acampamento Mário Lago foi deslocado três vezes, devido a ações de reintegração de posse e acordos com a Prefeitura Municipal e passou por

dissidências entre os movimentos sociais ali representados. Das 400 famílias que iniciaram a ocupação como integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), quando instituído o assentamento participavam 264 famílias, 154 famílias integravam o MLST, no acampamento Santos Dias e 56 famílias do acampamento Índio Gaudino, se autodeclaravam “bandeira branca” e não integravam nenhum movimento social, totalizando 440 famílias assentadas. (AGUIAR, 2011, p. 38)

No processo de negociação para definição do modelo de Assentamento a ser implementado na Fazenda da Barra a principal reivindicação dos movimentos sociais foi a adoção do modelo de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), que, com área menor para cada lote, possibilitaria o assentamento de todas as famílias, além de pressupor o trabalho coletivo nas áreas de uso comum, destinadas à recuperação ambiental. Nesse modelo de Assentamento as famílias têm a Concessão do Direito Real de Uso e necessitam de um Plano de Utilização (PU) que define os usos da terra por meio de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC).



Fonte: Ministério Público Estadual, apud, AGUIAR, 2011, p. 40.

**Figura 1.** Assentamentos da Reforma Agrária na Fazenda da Barra, 2008

O TAC do Assentamento Mário Lago definiu a implantação do PDS, de acordo com as determinações do INCRA, ou seja, assentamento agroecológico com área de preservação ambiental, e por reivindicação do MST, foi implantado no modelo de Comuna da Terra, segundo o qual os lotes menores reúnem famílias que produzem e geram renda ao longo do ano todo, pois a proximidade com a área urbana facilita o acesso à comercialização dos itens produzidos. Esse modelo de assentamento exige a produção agroecológica e no caso do assentamento analisado, a opção foi pela produção em Sistemas Agroflorestais, pois são considerados como estratégicos na recuperação ambiental da área. Outro objetivo da Comuna da Terra é estimular práticas cooperativas e associativas, o que se realiza por meio da organização de quatro cooperativas no assentamento.

Nos SAFs são produzidos, em sistema de consórcio, hortaliças, frutas e outros gêneros agrícolas e animais de pequeno porte. A comercialização da produção, considerando-se circuitos curtos de produção, é realizada em feiras de produtores rurais em diferentes locais da cidade, além da organização de cestas, entregues semanalmente às famílias consumidoras e em restaurantes locais. (NUNES; SILVA, 2016)

A adoção dos SAFs representa uma nova perspectiva para o uso da terra, confrontando os modelos hegemônicos de produção. As agroflorestas fundamentam-se em um complexo sistema de produção agrícola, no qual são plantados na mesma área hortaliças com diferentes tempos de crescimento, ao lado de espécies frutíferas e arbóreas, sem uso de agrotóxicos, possibilitando a preservação do solo e a recuperação ambiental por meio do aumento da cobertura vegetal e uso de insumos orgânicos. Esse modelo de produção sustentável de alimentos, assim como constatado na região litorânea, tem possibilitado o fortalecimento e a autonomia dos assentados, por meio da organização em cooperativas, manejo coletivo da terra nas áreas de recuperação ambiental (áreas de uso comum) e capacitação dos assentados para implantação desse modelo produtivo.

Das quatro cooperativas existentes no Assentamento Mário Lago, restringimos a investigação às práticas e formas organizativas da Comuna da Terra, pois até o momento, é a única Cooperativa que possui certificação da produção realizada nos SAF's. Essa cooperativa conta com a participação de 25 famílias que se auto organizam em quatro grupos famílias que realizam o trabalho coletivo nas áreas de SAFs, em regime de mutirão. Além disso, cada assentado produz no lote individualmente, mas a produção é comercializada coletivamente pela cooperativa. O grupo distribui, também, as tarefas relativas às atividades culturais, recepção de grupos para visitas aos lotes e visitas de escolares, eventos coletivos e participação nas feiras de produtores, realizadas semanalmente em um parque da cidade de Ribeirão Preto.

As cestas semanais são organizadas no modelo de *community support agriculture* (CSA), no qual um grupo de famílias residentes nas cidades próximas ao assentamento que fazem a compra mensal antecipada de cestas com diferentes produtos advindos dos SAFs. As hortaliças, frutas e Plantas Alimentícias não convencionais (PANC's) que compõem as cestas são definidas semanalmente pela Cooperativa em um pregão em que os cooperados compartilham os as produções agrícolas.

Até o momento foram realizadas entrevistas com os assentados em três diferentes locais: feira de produtores, no Parque Luiz Roberto Jábali, em Ribeirão Preto-SP; reunião semanal da cooperativa, realizada na sede do Assentamento, momento em que discutem as diretrizes e ações coletivas, além de realizar o pregão com a oferta dos produtos de cada família para a organização das cestas; visita a um mutirão realizado no lote de um assentado.

A análise desses diferentes registros possibilitou, até o momento, a identificação de princípios organizacionais originados no MST e que contribuem para o fortalecimento dos assentados, tais como a organização em núcleos de base, distribuição das tarefas de produção e realização de trabalho coletivo nos mutirões na produção dos lotes, no manejo das áreas de reserva, na construção e manutenção de infraestruturas de uso coletivo no assentamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, neste artigo, identificar as características comuns e as diferenças entre os modelos de produção em Sistemas Agroflorestais realizados em diferentes locais de pesquisa, as comunidades tradicionais envolvidas no Fórum das Comunidades Tradicionais (FCT) e as famílias assentadas que integram a Cooperativa Comuna da

Terra, no Assentamento Mário Lago organizadas por meio de princípios definidos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Assim pergunta-se quais os significados dos sistemas agroflorestais para comunidades tradicionais e camponeses, assentados de reforma agrária? Da pesquisa realizada até o momento é possível afirmar que há diferenças significativas na organização dos grupos investigados, mas também semelhanças que corroboram para a promoção da Soberania Alimentar.

A Comuna da Terra do Assentamento Mário Lago contou com capacitação técnica e formação de lideranças por meio de projeto do Projeto Agroflorestar, realizado em parceria com a Cooperafloresta, cooperativa do litoral paulista, com financiamento da Petrobrás. Estão organizados a partir de princípios como organização coletiva da produção e realização de trabalhos em mutirões, socialização da produção e dos lucros obtidos com a venda dos produtos e fortalecimento do sentido de coletividade, com a distribuição de tarefas e organização das famílias em núcleos de base.

Nas comunidades tradicionais do litoral paulista identificou-se o fortalecimento e autonomia das comunidades que estão dentro ou no entorno dos parques estaduais, por meio da produção em SAFs e o fortalecimento das mulheres nas ações realizadas no Restaurante do Quilombo, gerido pela própria comunidade, além de servir como fonte de alimento das próprias famílias.

Em ambos é possível reafirmar o significado dos sistemas agroflorestais agroecológicos, como uma tecnologia socioterritorial que promove a soberania e segurança alimentar e que tem fortalecido a autonomia de comunidades tradicionais e assentados. A próxima fase da pesquisa procurará identificar como esses laços e pontos de articulação entre os grupos envolvidos com os SAFs constituem as redes socioterritoriais nos diferentes locais de pesquisa.

## NOTA

5 O projeto de pesquisa é financiado pelo CNPq/MCTI, chamada n° 016/2016, integra as pesquisas da Rede Latino-americana de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Uma versão deste artigo foi apresentado no X Congresso ALASRU – Associação Latino Americana de Sociologia Rural.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. J. **Proposta da comuna da terra no assentamento Mário Lago (PDS Fazenda da Barra) em Ribeirão Preto - SP**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). 2011. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/monocegeo/monografia\\_vandei.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/monocegeo/monografia_vandei.pdf). Acesso em: 10 jul. 2018.
- CORREA NETO, N. E. et al. (2016). **Agroflorestando o mundo de facão a trator**: gerando práxis agroflorestal em rede. Barra do Turvo/SP: Programa Petrobras Socioambiental, 2016.
- DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.C.; NOVAES, H.T. (2004) Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JUNIOR et al. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil, p. 15-64.
- DAGNINO, R.; GOMES, E. Sistema de inovação social para prefeituras. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO. **Anais [...]**. São Paulo, 2000.
- DELGADO, F.; RIST, S. **Ciências, Diálogo de saberes y transdisciplinariedad**: aportes teórico metodológicos para sustentabilidade alimentaria y del desarrollo. La Paz, Bolívia: AGRUCO, 2016.

FERNANDES, B. M. Territórios y soberania alimentaria. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 2, n. 3, 2017.

FERREIRA, H. C. H.; CARNEIRO, M. J. (2005). Conservação ambiental, turismo e população local. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2005.

MAY, P. H.; TROVATTO, C. M. M. **Manual agroflorestal para a Mata Atlântica**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008.

NUNES, P. J; SILVA, T. B. da. Implantação de sistemas agroflorestais: a experiência do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 42-53, 2016. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/ie/2016/tec4-0616.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2018.

STEENBOCK, W. *et al.* **Agrofloresta, ecologia e sociedade**. Curitiba: Kairós, 2013.

## REFERÊNCIAS CONSULTADAS

MACHADO, A. M. B.; BIZZO, N. A. **Camponeses da reforma agrária e a floresta: o caso do Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto, SP**. Distrito Federal: EMBRAPA, 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1055876/camponeses-da-reforma-agraria-e-a-floresta-o-caso-do-assentamento-mario-lago-ribeirao-preto-sp>. Acesso em: 10 jul 2018.

SANTOS, A. C. A agrofloresta agroecológica: um momento de síntese da agroecologia, uma agricultura que cuida do meio ambiente. **Deser**, n. 156, p. 1-6, 2007. Disponível em: <http://www.deser.org.br/documentos/doc/Agrofloresta.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.